



D.C.G.
Fls. _____
Visto _____

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
EDITAL PROCESSO nº 200.027994/2018 TOMADA DE PREÇOS nº 09/2018 1/8

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

A Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Pelotas, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e as alterações posteriores informa que a referida Comissão estará reunida para receber os envelopes de habilitação e proposta para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM 18 ÁREAS URBANAS**, na modalidade de Tomada de Preços do tipo menor preço global, no **dia 26/9/2018 às 14 horas**, na Secretaria Municipal da Fazenda, sito à Rua Santos Dumont, 149 (2º andar) – Centro – CEP 96.020.380, Pelotas/RS - Fone/ Fax: 0XX 53 3309.5936, e-mail licitapelotas@gmail.com

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos sociais e de Engenharia ou Arquitetura por profissionais habilitados na elaboração e realização de levantamento físico da situação fundiária e do solo existente, plantas/desenhos técnicos e documentos necessários para o Projeto de Regularização Fundiária, em 18 (dezoito) áreas urbanas do município, de acordo com a característica de cada área e de seus ocupantes, incluindo a elaboração do cadastro socioeconômico, através de entrevistas, do recolhimento e a organização dos documentos dos moradores e outras atividades afins, com o objetivo de possibilitar a efetivação da regularização fundiária dos assentamentos irregulares urbanos no Município de Pelotas, na modalidade de Tomada de Preços do tipo menor preço global, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, tudo em conformidade com este Edital e seus anexos.
- 2.2. O prazo para a execução dos serviços será de 12 (doze) meses, distribuídos nas 18 (dezoito) áreas.

3. DAS VEDAÇÕES

É vedada a participação da pessoa jurídica e/ou autônomos:

- a) declarada inidônea por ato do Poder Público.
- b) sob processo de concordata ou falência.
- c) impedida de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados. e
- d) que não possua atividade compatível com o objeto da presente licitação.

4. DOS PROCEDIMENTOS

A presente licitação observará os seguintes procedimentos:

- a) a documentação de habilitação e a proposta financeira deverão ser apresentadas em 02 (dois) envelopes lacrados, distintos e numerados de 01 a 02, sendo que no envelope de n.º 01 constará a documentação de habilitação, descritos no item 5, deste edital, e no de n.º 02, a proposta financeira, conforme Anexo V – Planilha Orçamentária, Anexo II – Memória de Cálculo do Orçamento, Anexo VII – Planilha Orçamentária Resumo, Anexo IX – Cronograma por Meta e Anexo XI - Cronograma Físico-Financeiro.
- b) os envelopes deverão conter na parte externa e frontal a seguinte inscrição:



D.C.G.
Fls. _____
Visto _____

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
EDITAL PROCESSO nº 200.027994/2018 TOMADA DE PREÇOS nº 09/2018 2/8

I - ENVELOPE nº 01 – HABILITAÇÃO

- * Nome completo da licitante
- * Prefeitura Municipal de Pelotas
- * Data 26/9/2018 às 14 horas
- * Tomada de Preços nº 09/2018

II - ENVELOPE nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

- * Nome completo da licitante
- * Prefeitura Municipal de Pelotas
- * Data 26/9/2018 às 14 horas
- * Tomada de Preços nº 09/2018

- c) documentos emitidos pela licitante devem ser identificados contendo a assinatura do representante legal da empresa, bem como, o número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do emissor e os documentos ou atestados emitidos por terceiros devem ser redigidos em folha com timbre ou logotipo, contendo o número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do emissor e assinatura do representante legal;
- d) a documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada ou, excepcionalmente, por cópia a ser autenticada pela Comissão Permanente de Licitação, mediante a apresentação do documento original, até um dia útil anterior a data de entrega e abertura dos envelopes; não serão aceitos protocolos, documentos enviados pelo processo de fac-símile (fax), em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido. **Não serão autenticados os documentos na sessão pública de licitação;**
- e) os documentos que dependem de prazo de validade e que não o contenham especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, terão sua validade considerada por 90 (noventa) dias contados da data da expedição; exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado de Capacidade Técnica;
- f) somente poderão participar da licitação as empresas que atenderem às exigências deste Edital, que será entregue na forma de “Caderno de Licitação”;
- f.1) o “Caderno de Licitação” será composto de Edital e seus Anexos a saber:
- f.1.1) Anexo I – Termo de Referência;
 - f.1.2) Anexo II – Memória de Cálculo do Orçamento;
 - f.1.3) Anexo III – Memória de Cálculo do Orçamento Completa;
 - f.1.4) Anexo IV – Valores Adotados para os Serviços;
 - f.1.5) Anexo V – Planilha Orçamentária;
 - f.1.6) Anexo VI- Planilha Orçamentária Completa;
 - f.1.7) Anexo VII – Planilha Orçamentária Resumo;
 - f.1.8) Anexo VIII – Planilha Orçamentária Resumo Completa;
 - f.1.9) Anexo IX – Cronograma por Meta;
 - f.1.10) Anexo X – Cronograma por Meta Completo;
 - f.1.11) Anexo XI- Cronograma Físico-Financeiro;
 - f.1.12) Anexo XII – Cronograma Físico-Financeiro Completo;
 - f.1.13) Anexo XIII – Desenhos Técnicos – Poligonais – 18 áreas;
 - f.1.14) Anexo XIV – Detalhamento do BDI; e
 - f.1.15) Anexo XV – Minuta de Contrato.
- g) no ato do recebimento do edital o interessado deverá verificar seu conteúdo, não sendo aceitas reclamações posteriores sobre eventuais omissões;
- h) a obtenção de esclarecimentos sobre a presente licitação deverá ser formulada por escrito, endereçada à Presidente da Comissão Permanente de Licitação. Quando se tratar de caráter técnico a Presidente encaminhará ao Departamento Técnico da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária para dirimir as dúvidas;
- i) se a empresa licitante não estiver representada no ato da abertura dos envelopes por sócio com poderes de decisão, poderá se fazer representar por preposto, portando credencial ou



D.C.G.
Fls. _____
Visto _____

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
EDITAL PROCESSO nº 200.027994/2018 TOMADA DE PREÇOS nº 09/2018 3/8

procuração que lhe confira poderes para acordar, discordar, impugnar, requerer e desistir de prazos recursais, **na abertura das propostas, entretanto, será exigida a presença das pessoas citadas anteriormente, para fins do desempate previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal 123/06, quando se tratar de ME, EPP ou Cooperativas nos termos da Lei Federal 11.488/2007, Art. 34;**

- j) após declarada iniciada a sessão de abertura dos envelopes de habilitação, não serão recebidas quaisquer outras documentações. Sendo possível a análise e julgamento dos documentos de habilitação; estando todas as licitantes presentes; não havendo registros desfavoráveis às habilitações; a comissão poderá solicitar as renúncias ao prazo recursal – reconhecido o direito à negativa -, objetivando promover na mesma reunião a abertura de envelopes contendo as propostas de preços. Não sendo possível as renúncias, a abertura dos “envelopes proposta” será realizada em outra data a ser comunicada aos licitantes;
- j.1) O Edital e os Anexos, acima referidos estão disponíveis no sítio www.pelotas.com.br ou em CD-ROM no Departamento de Compras Governamentais da S.M.F., sito à Rua Santos Dumont, 149 (2º andar) – Centro – CEP 96.020.380, Pelotas/RS - Fone Fax: 0XX 53 3309.5936, ou ainda através do e-mail licitapelotas@gmail.com
- l) é facultada à comissão, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo conforme art. 43 § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

5. DA HABILITAÇÃO:

Para serem considerados habilitados no procedimento licitatório, os licitantes deverão cumprir todas as exigências deste edital e da legislação pertinente.

- a) o proponente deverá comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação jurídica, a qualificação econômico-financeira e a qualificação técnica.
- b) os documentos relacionados neste item deverão ser incluídos no envelope n.º 01.
- c) **a regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação jurídica e a qualificação econômico-financeira deverão ser comprovadas através do Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas, com prazo de validade em curso;** Com exceção dos documentos exigidos no item 5 – DA HABILITAÇÃO letras “d.1” a “d.3” e “e”.
- c.1) as empresas não cadastradas poderão requerer sua inscrição no Departamento de Compras Governamentais da S.M.F., até o terceiro dia anterior à data de recebimento dos envelopes, desde que o requerimento seja deferido até esta data.
- c.2) o prazo de 03 (três) dias úteis também deverá ser respeitado pelas empresas que necessitarem atualização do Certificado de Registro de Cadastral do Município de Pelotas.
- d) são requisitos para a habilitação jurídica:**
- d.1) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d.2) declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que a mesma atende o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.



D.C.G.
Fls. _____
Visto _____

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
EDITAL PROCESSO nº 200.027994/2018 TOMADA DE PREÇOS nº 09/2018 4/8

- d.3) no caso de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão as mesmas comprovarem sua condição de ME ou EPP, através da opção pelo SIMPLES NACIONAL, ou através de comprovação de enquadramento na Junta Comercial.
- e) **São requisitos para a qualificação Técnica:**
- e.1) Apresentação de atestado de capacidade técnica da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviço similar e compatível com o objeto da licitação.
- e.2) Indicação, mediante relação explícita e declaração formal de sua disponibilidade da equipe técnica responsável pelos trabalhos, contendo a qualificação de seus membros, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, conforme especificações abaixo descritas:
- e.2.1) Um coordenador de serviços técnicos, com formação superior na área de Engenharia ou Arquitetura, devidamente Inscrito na entidade profissional competente, com experiência comprovada quanto a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- e.2.2) Um Assistente Social, devidamente inscrito na entidade profissional competente com experiência comprovada quanto a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- e.2.3) Um topógrafo.
- e.2.4) Um advogado.

OBS.: Os documentos e exigência solicitados que não constarem do CRC, devem obrigatoriamente ser entregues no envelope da Habilitação.

6. DA PROPOSTA FINANCEIRA

Na apresentação da proposta financeira, o proponente observará:

- a) a proposta financeira deverá ser incluída no envelope nº 2.
- b) a proposta financeira deverá ser apresentada conforme modelo do Anexo V – Planilha Orçamentária, Anexo II – Memória de Cálculo do Orçamento, Anexo VII – Planilha Orçamentária Resumo, acompanhada obrigatoriamente do Anexo IX – Cronograma por Meta e Anexo XI - Cronograma Físico-Financeiro.
- c) a proposta terá validade de 60 (sessenta) dias contados da data da entrega das propostas, em havendo interposição de recurso, o referido prazo será suspenso;
- d) os preços deverão ser cotados exclusivamente em moeda corrente nacional e deverão cobrir todos os custos e despesas necessários a execução dos serviços, incluindo todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e previdenciárias, as relacionadas com a medicina e segurança do trabalho, uniformes, transporte, seguros;
- e) será desclassificada a proposta que apresentar preços incompatíveis e inexequíveis com os insumos necessários à realização dos serviços, preços acima dos praticados no mercado para cada tipo de serviço;
- f) o preço total proposto deverá ser expresso em reais, em algarismos, compostos de número inteiros e de até 02 (duas) casas decimais, após a vírgula com arredondamento.
- g) na proposta financeira deverá ser indicado o nome do Banco, número da conta, o nome e número da agência, onde deverão ser depositados os pagamentos das obrigações pactuadas.

7. DO JULGAMENTO

No julgamento das propostas a Comissão de Licitação observará:



D.C.G.
Fls. _____
Visto _____

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
EDITAL PROCESSO nº 200.027994/2018 TOMADA DE PREÇOS nº 09/2018 5/8

- a) serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços superfaturados ou manifestamente inexequíveis, assim como, as que contiverem rasuras, entrelinhas ou ressalvas.
- a.1) são consideradas propostas manifestamente inexequíveis as que não expressam a necessária correspondência entre as responsabilidades inerentes à execução do objeto licitado e os preços ofertados para retribuir a prestação, ou ainda, os custos dos insumos não são coerentes com os de mercado e as que indicam impossibilidade de realização dos serviços previstos no prazo ou cronograma proposto. Essa definição também se aplica à hipótese de preços excessivos, visto que é indispensável a correspondência entre as responsabilidades inerentes ao objeto licitado e os preços ofertados, conforme Art. 48 – item II da Lei Federal 8.666/93.
- b) será considerada vencedora da licitação a empresa que ofertar o **menor preço global** e atender as especificações contidas no edital.
- c) os valores ofertados por **cooperativas serão acrescidos de 15%**, sobre o valor total da mão de obra, **para fins de julgamento**.
- d) em caso de divergência dos valores numéricos e os por extenso, prevalecerão os últimos.
- e) em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido ao disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal 8.666/93, a classificação se fará por sorteio a realizar-se, em ato público, para qual os licitantes serão convocados, em data e horário designado pela Comissão de Licitação.

8. DOS PRAZOS

São previstos os seguintes prazos:

- a) a vencedora da licitação terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, para assinar o contrato, sob pena de lhe ser aplicada a penalidade por descumprimento total da obrigação assumida, nos termos da Lei Federal 8.666/93.
- b) o prazo de execução do contrato é de 12 (doze meses) meses, a contar da sua assinatura.
- b.1) o prazo de execução poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, de acordo com a legislação vigente, até 60 (sessenta) meses.

9. DO PAGAMENTO

- a) O pagamento da empresa vencedora será feito, dentro do cronograma fixado pela Secretaria Municipal da Fazenda deste Município, mediante apresentação de faturas de etapas concluídas, de acordo com o Anexo XI - Cronograma Físico-Financeiro, após a emissão do empenho e da assinatura do contrato, em conta específica da contratada. Estas faturas basear-se-ão nas etapas constantes no Cronograma Físico-Financeiro, após medição procedida pela fiscalização, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência.
- a.1) a fatura ou nota fiscal de serviço (quando da prestação de serviços) não deverá conter vício ou incorreções que impossibilitem o pagamento, e deverão estar acompanhadas de cópias autenticadas das guias de pagamento do FGTS e INSS, quando solicitado pela Contratante, referentes aos empregados da CONTRATADA ligados diretamente ao fornecimento, hipótese em que a Contratada suportará o ônus decorrente de eventual atraso.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) cumprir todas as orientações do Contratante para o fiel desempenho do objeto contratado.
- b) sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização pela Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas posteriormente.



D.C.G.
Fls. _____
Visto _____

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
EDITAL PROCESSO nº 200.027994/2018 TOMADA DE PREÇOS nº 09/2018 6/8

- c) a Contratada é responsável pelos encargos fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.
- d) como única empregadora e responsável pelo pessoal utilizado nos serviços, promover seguro contra riscos de acidentes de trabalho e observar rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas e de previdência social ou correlatas, efetuando recolhimentos nos prazos estabelecidos de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de efetuar o pagamento de todos os direitos decorrentes da rescisão dos contratos individuais de trabalho de seus empregados.
- e) A Contratada desenvolverá todas as atividades necessárias aos levantamentos e elaboração de documentos técnicos referentes ao projeto de regularização fundiária que lhe forem atribuídas por Ordens de Serviço, participará desde a fase de planejamento em todas as atividades necessárias ao apoio do projeto de regularização fundiária e observará as orientações de ordem tática e estratégica da **SMHRF** na condução e implantação do projeto, devendo obrigatoriamente:
- e.1) Possuir um responsável técnico, disponível no Município, em frequência mínima de uma vez por semana;
- e.2) Fornecer o material de trabalho – pranchetas, papel, lápis, canetas, escalas, trenas, pendrive e outros materiais de escritório.
- e.3) Providenciar camisetas ou bonés ou crachás ou outros elementos de identificação de seus funcionários.
- e.4) Apresentar a Equipe Técnica e o Plano de Trabalho, conforme constar do edital, tendo como conteúdo mínimo:
- e.4.1) Metodologia de execução dos levantamentos, serviços e atividades que inclua a presença contínua da equipe em campo durante todo o desenvolvimento dos trabalhos.
Nota: A Contratada quando solicitada pela **SMHRF** deverá participar das assembleias e eventos promovidos pela mesma na área a ser regularizada.
- e.4.2) Plano e metodologia das atividades de comunicação, sensibilização e divulgação do processo de regularização fundiária da área, contendo no mínimo concepção metodológica, descrição e dimensionamento das atividades, produtos e cronograma.
- e.4.3) Metodologia de monitoramento dos trabalhos executados e em execução, de modo a permitir o acompanhamento da **SHRF** em qualquer etapa do processo.
- e.4.4) Cronograma físico-financeiro detalhando todas as etapas, qualificando-as e quantificando-as.
- e.4.5) Modelos de formulários, relatórios, identificação do projeto e etc.
- e.4.6) Currículos dos profissionais contratados.
Nota: A aprovação do Plano de Trabalho será pela comissão fiscalizadora, sendo condição para a liberação da primeira Ordem de Serviço.
- f) Conferir à **SMHRF** todos os créditos institucionais e direitos autorais do projeto e seus respectivos resultados.
- g) Fornecer dados e informações coletadas, durante todo o período contratual, que servirão de base para a alimentação do sistema utilizado pela **SMHRF**.
- h) Devolver, no final do contrato ou quando solicitado pela contratante, todo o material produzido ao longo do projeto, sendo vedada a divulgação de quaisquer informações e/ou materiais utilizados a quem quer que seja, uma vez que tais dados são sigilosos e de uso exclusivo da **SMHRF**.
- i) Responsabilizar-se pela capacitação dos profissionais referenciados no presente documento.
- j) Responsabilizar-se pela produção de materiais de identificação do projeto, com a execução de camisetas, bonés, bolsas, crachás, etc. a serem utilizados pela equipe.



D.C.G.
Fls. _____
Visto _____

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
EDITAL PROCESSO nº 200.027994/2018 TOMADA DE PREÇOS nº 09/2018 7/8

- k) Viabilizar o acesso à área e a locomoção das equipes nas atividades relacionadas ao projeto, com possibilidade de utilização nos fins de semana e/ou horários noturnos, de acordo com a solicitação da **SMHRF**.
- l) Viabilizar a comunicação entre as equipes de trabalho, através de telefonia móvel e/ou conexão direta (rádio).
- m) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.
- n) Zelar pelo cumprimento, por parte de seus funcionários, das normas de higiene e segurança do trabalho cabendo àquela fornecer-lhes equipamentos, uniformes e crachás de identificação contendo o nome, a função e a denominação da empresa, cuidando para que se mantenham limpos e asseados, quer no aspecto do vestuário, quer de higiene pessoal, seguindo as normas do Ministério do Trabalho.
- o) Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

11. DAS PENALIDADES

Sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e da propositura da competente ação civil de ressarcimento município dos prejuízos decorrentes da inadimplência contratual. O proponente ficará sujeito as seguintes penalidades:

- a) Multa de 2% (Dois por cento) sobre o valor da fatura ou da nota fiscal da respectiva prestação de serviços, no caso de atraso ou negligência no cumprimento das obrigações;
- b) Suspensão do direito de licitar, num prazo de até dois anos, dependendo da gravidade da falta;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar nos casos de falta grave, com anotação no registro cadastral;

12. DOS RECURSOS

Dos atos praticados pela Comissão Permanente de licitação neste procedimento licitatório cabem os recursos previstos art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

13. DA RESCISÃO

- a) o Contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização à **CONTRATADA**, nos casos previstos no Edital:
- b) a rescisão unilateral nos termos do item anterior, ocorrerá conforme Artigo 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93;
 - b.1) pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - b.2) pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
 - b.3) pela lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
 - b.4) pelo atraso injustificado no início do fornecimento;
 - b.5) pela paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
 - b.6) pela contratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no Contrato;



D.C.G.
Fls. _____
Visto _____

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
EDITAL PROCESSO nº 200.027994/2018 TOMADA DE PREÇOS nº 09/2018 8/8

- b.7) pelo desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- b.8) pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do Artigo 67 desta Lei;
- b.9) pela decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- b.10) pela dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;
- b.11) por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE** e exaradas no Processo Administrativo a que se refere o presente;
- b.12) pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.
- c) A inexecução total ou parcial do Contrato por culpa da **CONTRATADA** enseja sua rescisão, com as consequências contratuais previstas em Lei de acordo com os artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- d) Caso a **CONTRATANTE** não se utilize da prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento do valor dos produtos, até que a **CONTRATADA** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A previsão orçamentária para a execução dos serviços contratados, pelo período de 12 (doze) meses será de R\$ 473.107,63 (quatrocentos e setenta e três mil, cento e sete reais e sessenta e três centavos). As despesas decorrentes deste contrato serão atendidas com recursos da seguinte dotação orçamentária nº: 16.482.0101.2098.00 – 3.3.90.39.00.00.00 da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

15. DOS ESCLARECIMENTOS

Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras Governamentais – S.M.F. pelo Fone Fax: (53) 3309.5936, bem como o envio de documentação, serão atendidos durante o expediente, de segunda a sexta-feira das 13:00h às 18:00h, ou via e-mail licitapelotas@gmail.com

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) à Comissão de Licitações, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições da presente licitação, bem como decidir no tocante às dúvidas ou omissões.
- b) a entidade promotora da licitação poderá revogar a presente licitação por interesse público, bem como anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocações de terceiros.
- c) a anulação do procedimento licitatório, por motivo de ilegalidade, ou sua revogação não gera obrigação de indenizar, por parte da entidade promotora da licitação, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- d) a entrega dos envelopes pressupõe a concordância da empresa com as condições do Edital.

Pelotas, 10 de setembro de 2018.

Gislaine Duarte Rodrigues
Chefe de Compras Governamentais